

1 **ATA DA VIGÉSIMA TERCEIRA REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO**  
2 **ESTADUAL DE RECURSOS HÍDRICOS DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL**  
3 **REALIZADA EM 26/06/2012.**

4  
5  
6  
7 Aos vinte e seis dias do mês de junho do ano de dois mil e doze, no auditório  
8 Shirley Palmeira do Instituto de Meio Ambiente de Mato Grosso do Sul - Imasul,  
9 situado à Rua Desembargador Leão Neto do Carmo, Quadra 03 Setor 03 – Parque  
10 dos Poderes, Campo Grande/MS, com início às nove horas realizou-se a vigésima  
11 Terceira Reunião Ordinária do Conselho Estadual de Recursos Hídricos – CERH\MS  
12 estiveram presentes nesta reunião os seguintes membros: Leonardo Sampaio Costa  
13 – IMASUL; Elisabeth Arndt - IMASUL; Carlos Henrique Lopes – SEPROTUR; João  
14 Sotoya Takagi - SEPROTUR; Frederico Valente – SEPROTUR; Carlos Roberto  
15 Padovani - EMBRAPA; Renato Roscoe – FUNDAÇÃO MS; Andre Luiz da Fonseca –  
16 CREA(OAB); Belkiss Gomes Nunes Gratão – UNIPAN; Jairo Dantas; Janaina  
17 Bonomini Pickler – ABPO; Joemir Alfredo Bruske – ONIX GERAÇÃO DE ENERGIA;  
18 Sérgio Adalberto Oliskovicz – PANTANAL ENERGÉTICA; Sueli Teixeira – COSTA RICA  
19 ENERGÉTICA; Isaias Bernardini – FIEMS; Caroline de Araujo Piva – JBS; Vilson  
20 Mateus Bruzamarello – FAMASUL; Darci Dias Azambuja – APAI; Eduardo Folley  
21 Coelho – ATRATUR; David dos anjos – PORTO CAIUÁ; Luiz Fernando Gameiro –  
22 SANESUL; Ana Paula Molina – ÁGUAS GUARIROBA; como ouvintes tiveram  
23 presentes: Douglas Macente –FIEMS; Hugo Suevani – FIEMS; Carolina Figueiredo –  
24 AGUAS GUARIROBA; Daniela M. Caramalac – OAB. Conforme § 1º do Art. 7º da  
25 RESOLUÇÃO CERH/MS Nº 010, de 31 de Março de 2008 – Regimento Interno – O  
26 conselheiro Darci Dias Azambuja assumiu a presidência da reunião. O presidente  
27 abriu os trabalhos, verificando o quorum e fazendo a leitura do expediente do dia.  
28 Após a leitura do expediente, o presidente solicitou à secretaria Executiva que  
29 encaminhasse a aprovação da ATA da 22º Reunião Ordinária. Aprovada a ATA,  
30 passou-se para os pontos de pauta: A primeira pauta foi a discussões sobre eleições  
31 para nova composição das Câmaras Técnicas do CERH/MS, O conselheiro Leonardo  
32 Sampaio (IMASUL) lembrou que as câmaras técnicas desde que foram criadas têm  
33 até hoje a mesma composição, não tendo sido feito nenhuma alteração. O prazo de  
34 renovação venceu em 2010, portanto as câmaras técnicas estão irregulares perante  
35 o regimento do Conselho. A composição das câmaras técnicas deve contemplar uma  
36 composição de categorias diferentes, multissetorial, contemplando segmentos dos  
37 usuários, poder público e a sociedade civil. Cada entidade pode ter representantes  
38 nas duas câmaras técnicas. Houve um problema de frequência na participação de  
39 algumas entidades, principalmente dos participantes do interior. Uma preocupação  
40 é a de perda de trabalho que está em andamento atualmente, como o  
41 enquadramento do rio Anhanduí. Foram proposta duas alternativas para minimizar  
42 perda de trabalho de enquadramento do rio Anhanduí, em andamento pela atual  
43 câmara técnica: 1 - Formar um grupo de dentro das câmaras técnicas para  
44 continuar junto com os novos componentes, repassando as informações para a  
45 ciência dos novos componentes. 2 - Criar uma câmara técnica temporária, que  
46 funcionaria semelhante a um grupo de trabalho. Podem ser criados pelo plenário do  
47 Conselho quanto pela câmara técnica, mas tem que ser feita uma resolução pelo  
48 presidente. O grupo de trabalho ou câmara técnica temporária teria um prazo para  
49 a conclusão dos trabalhos em andamento. O conselheiro Carlos Padovani da  
50 Embrapa sugeriu que seja avaliada a viabilidade de que ao menos algumas reuniões

51 das câmaras técnicas sejam realizadas por videoconferência, pela Internet. Segundo  
52 o conselheiro isso reduziria gastos de recursos financeiros e de tempo, aumentando  
53 a possibilidade da participação de membros das câmaras técnicas que moram no  
54 interior e diminuindo os problemas de frequência nas reuniões, apontado como um  
55 grande problema das câmaras técnicas atuais. A conselheira Sueli Teixeira (Costa  
56 Rica Energética) falou de sua experiência como coordenadora da CTIGRH e  
57 demonstrou o comprometimento necessário para fazer parte das Câmaras, ela disse  
58 que nos últimos meses, a CTIGRH teve reuniões semanais e que algumas delas se  
59 estenderam por mais de um dia, falou ainda da parte burocrática de se convocar  
60 uma reunião da Câmara Técnica. A conselheira continuou sua fala mostrando que a  
61 demanda da Câmara Técnica se deve, nestes últimos dias, aos trabalhos do  
62 enquadramento do Rio Anhandui. O conselheiro Sergio Oliskovicz falou da  
63 importância do comprometimento das instituições em nomear membros para as  
64 Câmaras Técnicas, pois a demanda de trabalhos é grande e que isso acarreta em  
65 tempo de trabalho e em custos para as instituições. O conselheiro falou que não  
66 achava prudente votar sem ter um aval das entidades, pois elas teriam que dar o  
67 aceite para os membros serem dispensados de seus afazeres em um determinado  
68 dia e se dedicarem a câmara técnica e até arcar com possíveis despesas dos  
69 membros; o conselheiro sugere que todos regressem as suas entidades e que  
70 aquelas que tenham interesse em participar das câmaras técnicas retornem com  
71 este comprometimento e que seja feita a eleição na próxima reunião do Conselho.  
72 Sugestão que foi apoiada pelo presidente que a colocou em votação para  
73 deliberação. Ficou deliberado pela plenária que os conselheiros iriam consultar suas  
74 entidades e aquelas que tivessem interesses em compor as câmaras técnicas  
75 voltariam na próxima reunião para se candidatarem às vagas das Câmaras.  
76 Passando para nova pauta, o presidente em exercício passou à palavra a  
77 conselheira Elisabeth Arndt (Imasul) para que ela informasse ao conselho sobre o  
78 andamento do trabalho do Enquadramento do Rio Anhanduí e sobre o Cadastro  
79 Estadual de Usuários de Recursos Hídricos. A conselheira falou que o estudo sobre o  
80 Enquadramento do Rio Anhandui estava sendo acompanhado pela CTIGRH e pelo  
81 Imasul; e que neste momento estavam sendo analisados o prognóstico e as  
82 propostas de alternativas de enquadramento com seus planos de efetivações a  
83 serem encaminhados ao CERH/MS para futuras deliberações. Ela comentou que foi  
84 feita uma proposta por parte a Prefeitura Municipal de Campo Grande para a sua  
85 área urbana e que estava em fase de construção outra proposta por parte do Imasul  
86 e Câmara Técnica, uma vez que a primeira não foi totalmente aceita na câmara; e  
87 que assim que este trabalho fosse finalizado seria repassado ao conselho; e que  
88 talvez fosse necessário uma reunião extraordinária para dar os encaminhamentos  
89 finais a este trabalho. Sobre o Cadastro Estadual de Usuários de Recursos Hídricos a  
90 conselheira falou que o Imasul está trabalhando para colocar o módulo de  
91 cadastramento eletrônico no ar e finalizando a Resolução que irá regulamentar o  
92 cadastramento. A conselheira garantiu que até o findar do mês estes dois  
93 encaminhamentos já estarão prontos, ou seja, a resolução já tenha sido publicada e  
94 o modulo eletrônico de cadastramento já esteja a disposição dos usuários. Ela  
95 reafirma ao Conselho que este procedimento será permanente e que o  
96 cadastramento não terá finalidade de fiscalização. O Conselheiro Sergio Oliskovicz  
97 (Pantanal Energética) perguntou da necessidade desta resolução passar pelo  
98 CERH/MS. A conselheira Elisabeth falou que o cadastro é uma ferramenta de gestão  
99 necessária para o órgão gestor e para os demais membros do Sistema Estadual de  
100 Gestão de Recursos Hídricos e que não é necessária a aprovação desta resolução

101 por parte do Conselho, mas que sempre a direção deste colegiado e do órgão gestor  
102 buscaram e buscam uma participação mais democrática da gestão de recursos  
103 hídricos, e que com o cadastro não foi diferente, tanto que já foi apresentada ao  
104 conselho a estrutura geral do cadastro e que nesta resolução seria só detalhado  
105 aquilo que já foi apresentado em reuniões anteriores. Após estas explicações o  
106 presidente abriu a palavra para os informes gerais. O Conselheiro Luiz Fernando  
107 Gameiro (Sanesul) solicitou ao presidente a palavra e apresentou um pedido de  
108 moção por parte do CERH/MS, levando em conta o **Programa 16 – Apoio aos**  
109 **municípios para gestão da qualidade ambiental do meio urbano** do Plano  
110 Estadual de Recursos Hídricos, aprovado por este colegiado em 2009, para que  
111 fossem priorizados nos municípios de Paranaíba, Ivinhema e Camapuã a  
112 implantação ou aumento de Estações de Tratamentos Esgoto por parte da empresa  
113 de saneamento do Estado e assim fosse possível a Sanesul concorrer no Programa  
114 Despoluição de Bacias Hidrográfica – PRODES da Agência Nacional de Águas. O  
115 Presidente colocou em votação a entrada deste assunto na pauta do dia e da  
116 deliberação da moção. Ambas as decisões foram aprovadas pela plenária, ficando a  
117 secretaria executiva incumbida de redigir a moção e repassar aos conselheiros para  
118 sugestões, sem mais assuntos em pauta deu-se por encerrada a reunião onde lavrei  
119 a presente ata que vai assinada pelo presidente e por mim Leonardo Sampaio  
120 Costa.

121

122 Campo Grande-MS, 06 de Julho de 2012.

123

Darci Dias Azambuja  
Conselheiro - APAI

Leonardo Sampaio Costa  
Conselheiro - Imasul

Elisabeth Arndt  
Conselheira – Imasul